

TRUMP E BOLSONARO: desinformação e racismo na Pandemia de Covid-19

*Felipe da Silva Freitas*¹
(IDP, Brasil)

*Dalila Fernandes de Negreiros*²
(UWM, Estados Unidos)

<https://doi.org/10.29404/rtps-v6i10.739>

RESUMO: A Pandemia de Covid-19 trouxe inúmeros desafios a todos os países do mundo. Estados Unidos e Brasil concentram 35% das mortes do Covid-19 no mundo, sendo a população negra predominantemente afetada em ambos os países. Neste artigo, analisaremos os discursos dos presidentes Donald Trump e Jair Bolsonaro em relação à Pandemia de Covid-19 destacando as ações adotadas pelos dois governos e, sobretudo, os discursos destes presidentes no contexto político de emergência de líderes de extrema direita. O objetivo é sublinhar similaridades e diferenças no discurso governamental no enfrentamento à Pandemia no Brasil e nos Estados Unidos e discutir os símbolos políticos da nova direita global com ênfase nos seus impactos sobre a população negra.

Palavras-chave: Racismo, Autoritarismo, Extrema Direita, Pandemia, Covid-19.

¹ Doutor em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Atua como docente do Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP) e como professor colaborador Curso de Mestrado Profissional em Segurança Pública do Programa de Estudos, Pesquisas e Formação em Políticas e Gestão de Segurança Pública da Universidade Federal da Bahia (PROGESP/UFBA). É membro do Grupo de Pesquisa em Criminologia da Universidade Estadual de Feira de Santana (GPCRIM/UEFS) e pesquisador do Núcleo de Justiça Racial da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo (FGV/SP). ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-5502-4937> / E-mail: fsfreitas_13@yahoo.com.br

² Doutoranda em Estudos Africanos e Diáspora pela Universidade do Wisconsin em Milwaukee, Mestre em Desenvolvimento de Políticas Públicas pela Fiocruz. Atua como técnica em assuntos educacionais na Universidade de Brasília (UnB). ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-9683-7064> / E-mail: dalilafnegreiros@gmail.com

TRUMP AND BOLSONARO: disinformation and racism in the Covid-19 Pandemic

Abstract: The Covid-19 pandemic brought numerous challenges to all countries in the world. The United States and Brazil concentrate 35% of Covid-19 deaths in the world. The Black population is predominantly affected by the pandemic in both countries. In this paper, we will analyze speeches of Donald Trump and Jair Bolsonaro in relation to the Covid-19 Pandemic. In this article, we will analyze the speeches of presidents Donald Trump and Jair Bolsonaro in relation to the Covid-19 pandemic, highlighting the actions taken by the two governments and, above all, the speeches of these presidents in the political context of the emergence of extreme right-wing leaders. The goal is highlight similarities and differences in the government's discourse in combating the pandemic in Brazil and in the United States. By doing so, we discuss the political symbols of the new global right, and impact of this political era in the black population.

Keywords: Racism, Authoritarianism, Far-Right, Pandemic, Covid-19.

TRUMP Y BOLSONARO: desinformación y racismo en la Pandemia Covid-19

Resumen: La Pandemia de Covid-19 trajo numerosos desafíos a todos los países del mundo. Estados Unidos y Brasil concentran el 35% de las muertes por Covid-19 en el mundo, siendo la población negra la más afectada en ambos países. En este artículo analizaremos los discursos de los presidentes Jair Trump y Donald Bolsonaro en relación con la Pandemia del Covid-19, destacando las acciones tomadas por los dos gobiernos y, sobre todo, los discursos de los presidentes en el contexto político del surgimiento de líderes de extrema derecha. El objetivo del trabajo es subrayar similitudes y diferencias en el discurso gubernamental en la lucha contra la Pandemia en Brasil y Estados Unidos y discutir los símbolos políticos de la nueva derecha global con énfasis en sus impactos sobre la población negra.

Palabras clave: Racismo, Autoritarismo, Extrema Derecha, Pandemia, Covid-19.

Introdução

Entre 2016 e 2018, Estados Unidos e Brasil inauguraram um processo de renovação política similar (VISCARDI, 2020). Em 2016, Donald John Trump foi eleito o 45º presidente americano com uma plataforma de extrema direita, anti-establishment de resgate dos 'valores tradicionais' americanos, misógina e de supremacia branca (FLISFEDER, 2008). Em 2018, Jair Messias Bolsonaro foi eleito o 38º presidente do Brasil com um slogan parodiando um dos lemas da ditadura militar de 1964-1985: "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos." A agenda conservadora e populista apresentada por Trump e Bolsonaro ecoou de forma drástica na política interna e internacional de ambos os países, com semelhanças ainda mais trágicas no curso da Pandemia de Covid-19 no ano de 2020.

Em ambos os países, a população negra foi desproporcionalmente atingida pela consequência mais drástica da Pandemia: a morte (GAYNOR; WILSON, 2020; e SANTOS, 2020). Ainda que as causas dessa expressiva desigualdade na mortalidade nesses dois países de características continentais possam ser inúmeras, uma vez que contam com

contingente populacional expressivo e com questões específicas de acesso à saúde e a serviços públicos de saneamento, o papel da gestão federal é um fator preponderante para políticas de caráter nacional. Não por acaso, ambos os países com as maiores mortalidades, têm também uma postura similar de seus presidentes: discursos desinformadores e negacionistas.

Nos Estados Unidos as disparidades raciais dentre as vítimas de Covid-19 começaram a ser reveladas em abril (WILLIAMS, 2020). Apesar de representar 13% da população americana, a população negra representava 34% dos mortos em decorrência do coronavírus em 17 de abril de 2020. Em maio 40% das pessoas internadas por Covid-19 eram negros não-hispânicos (GAYNOR; WILSON, 2020). A população negra nos Estados Unidos é mais vulnerável a Pandemia de Covid-19 por um conjunto de fatores, por um lado essa população está nos setores da economia menos protegidos pela possibilidade do trabalho remoto (WILLIAMS, 2020), por outro lado as comunidades negras têm os piores indicadores sociais, um menor acesso à saúde e condições de moradia mais precárias (GAYNOR, WILSON, 2020). A combinação desses fatores com o racismo, e a desconsideração dessas vulnerabilidades na gestão da Pandemia, teve efeitos drásticos na mortalidade negra na Pandemia.

No Brasil, o primeiro registro de Covid-19 é de 26 de fevereiro de 2020 e o primeiro registro de óbito pela doença ocorreu em 17 de março. Os casos proliferaram rapidamente, de modo que em janeiro de 2021 já se registravam mais 8,7 milhões de casos e mais de 214 mil óbitos acumulados com registros letais em todas as unidades da federação, ou seja, as ocorrências proliferaram rapidamente sem qualquer controle por parte do poder público também sobrevivitizando negros e negras que, no campo da saúde, são os que mais dependem exclusivamente da saúde pública e que representam a maioria dos pacientes com diabetes, tuberculose, hipertensão e doenças renais crônicas no país, consideradas agravantes da Covid-19 (LIMA; MILANEZI, 2020).

Até julho de 2020 um levantamento realizado no Brasil pelo site de notícias G1 evidenciou que, entre negros (pretos e pardos), cresceram mais de 70% durante os primeiros meses de Pandemia (março a junho de 2020) os quadros de mortes registradas por insuficiência respiratória, pneumonia, septicemia e Síndrome Respiratória Grave (SRAG), em comparação ao mesmo período do ano anterior, 2019, em índice de pretos e pardos superior ao registrado entre todos os outros grupos raciais, que em média cresceram até 35% (G1, 2020). São dados que não deixam dúvidas de que negros e negras, pobres e moradoras da periferia formam a parcela mais exposta à contaminação pela Covid-19 especialmente pela falta de políticas públicas de saúde voltadas para essa parcela da população e pelas condições sociais, econômicas e epidemiológicas a que a população negra está exposta no país (VECINA, 2020)

O prolongamento das condições de excepcionalidade geradas pela Pandemia de Covid-19 foi somado aos fenômenos cotidianos de violência racial que se reiteram nos dois países. Não por acaso, Brasil e Estados Unidos também lidam com uma crescente mobilização contra violência racial no contexto da Pandemia e enfrentamento a dramática situação de letalidade por causas externas concentrada também sobre a população negra e em grande parte causa inclusive pela própria ação estatal por meio das iniciativas policiais e pela ação de grupos privados a eles consorciados. Tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos a violência racial não é um episódio, é uma experiência estrutural, persistente e

constante. Desse modo, os discursos presidenciais proferidos sobre o tema da Pandemia nos dois países servem para entender o desempenho dos respectivos governos na gestão e no enfrentamento à Pandemia de Covid-19 bem como contribui para analisar como a população negra foi considerada (ou desconsiderada) por governantes de ambas as realidades.

Vale frisar que discursos presidenciais não são somente exercícios retóricos como também expressam agenda política e anunciam interesses, disputas políticas e confrontos institucionais. A discussão acerca do espaço público e da participação dos mais altos cargos da administração pública incidindo nessa agenda diz muito sobre processos históricos transnacionais e articulam conceitos, objetos, objetivos e metas em diferentes interesses e pretensões de pesquisa.

Brasil e Estados Unidos têm sido objeto de estudos comparativos sobre um conjunto de similaridades: desigualdade racial, violência institucional, modelo de adoção de políticas de correção das desigualdades (GONZALEZ; HASENBALG, 1983; LAMONT *et al.*, 2016; VARGAS, 2008). Como potências regionais em seus respectivos hemisférios do continente americano, Brasil e Estados Unidos também são analisadas a partir das relações estabelecidas entre ambos os países. Os Estados Unidos seriam uma nação hegemônica que impõe sua agenda, enquanto o Brasil, assim como toda a América Latina, estaria sob influência dos poderes políticos e econômicos da potência setentrional (AYERBE, 2002). Todavia, ambos os países possuem uma agenda política interna relacionada aos movimentos e agentes políticos que atuam tanto nas dinâmicas internas, quanto na agenda internacional.

A interseção do debate entre política, relações raciais e estudos comparados entre Brasil e Estados Unidos tem sido explorada há algumas décadas. Entretanto, Luiza Bairros considerava a ciência política uma área do conhecimento refratária ao debate sobre racismo no início do século XXI (BAIRROS, 2000). Antônio Sérgio Guimarães ressalta que os debates acerca da existência e dos contornos da "questão racial" no Brasil ainda eram um problema para a ciência política brasileira até os anos 2000 (GUIMARÃES, 2001). O debate sobre a existência de uma excepcionalidade brasileira em relação aos demais países da diáspora africana, especialmente os Estados Unidos, foi um tema recorrente na literatura (HELLWIG, 1992).

Entretanto, os estudos pós-coloniais e afro-diaspóricos têm apresentado um aporte teórico compreensivo das relações políticas e raciais entre Brasil e Estados Unidos. Para o presente artigo dois conceitos são centrais para o arcabouço analítico das comparações: *Amefricanidade* e *Pós-colonialidade*. Tais chaves nos ajudam a pensar o problema proposto nesse estudo e, ao mesmo tempo, alargam as possibilidades de compreensão dos impactos do racismo nas narrativas e formas de atuação dos governos do Brasil e dos Estados Unidos no contexto de avanço da Pandemia.

A ideia de *amefricanidade* é proposta por Lélia Gonzalez (1988), que no final da década de 1980, destacava a necessidade de construção de uma categoria teórica para além do Brasil que definisse a experiência dos condenados da terra (descendentes de africanos e povos indígenas) nas Américas e assinalasse a necessidade de superação da dominação imperialista e político-ideológica dos Estados Unidos ressaltando a continuidade de formas transnacionais de resistência anticolonial protagonizada pelos movimentos negros e, sobretudo, pelos movimentos de mulheres negras articulados na diáspora.

Na perspectiva proposta por Gonzalez (1988) a *Amefricanidade* se opõe a noção de *African-American* presente nos Estados Unidos, por achar que tal noção que trata a porção da América do Norte como sinônimo de toda a experiência continental no fundo desempenha um papel de ocultação da diversidade do continente americano e, ao mesmo tempo, subestima a multiplicidade das diferenças na forma que o colonialismo operou na América. Assim, Gonzalez propõe que a *América*, do ponto de vista político e do ponto de vista analítico, seja a junção da América como um todo, destacando a diversidade das experiências do Norte, Centro, Caribe e Sul, e da experiência diaspórica presente em conceitos como Negritude, Pan-africanismo e Afrocentricidade.

Contudo, ainda que Gonzalez (1988) destaque essa unidade Americana, tais estudos não deixam de indicar as similaridades entre as Américas e outros sistemas coloniais no mundo e suas continuidade em termos de dominação e de hierarquização socio-racial. No caso do continente Africano, assinala-se a persistência da formatação colonial, mesmo após o processo político de independência das antigas colônias, gerando países em alguma medida “disfuncionais” dentro da conceituação proposta por Mbembe (2001).

Frisa-se sob essa abordagem a manutenção, mesmo após a independência em diversos países africanos, de uma racionalidade colonial do comando. Na prática, os países são independentes, porém eles mantêm uma relação entre elites dirigentes e o resto da população similar a relação estabelecida na colônia. Essa relação de dominação é fálca, grotesca, baseada na diferenciação das elites e na superexploração da população. Mbembe define que “a *Pós-colonialidade* é caracterizada por um tipo específico de improvisação política, pela tendência do excesso e da desproporcionalidade, assim como por formas diversas de como identidades se multiplicam, transforma e circulam” (MBEMBE, 2001, p. 102).

No presente artigo apresentamos três seções nas quais buscamos discutir não apenas o rol das declarações presidenciais do Brasil e dos Estados Unidos em relação à Pandemia, mas também articular, a partir das noções de *amefricanidade* e *pós-colonialidade*, uma análise acerca dos mecanismos de manutenção de poder das elites raciais nos dois países ressaltando as dinâmicas de violência racial hegemônica e suas peculiaridades dentro do contexto de emergência mundial na saúde pública. Na seção 1 apresentamos discursos negacionistas e de desvio de responsabilidade de Donald Trump nos Estados Unidos em relação a Pandemia de Covid-19. Enfatizamos como essa estratégia retórica visa esconder o sistemático desinvestimento público em saúde, e por outro lado resulta em acentuar as desigualdades raciais pela desconsideração da realidade da população negra nas políticas adotadas. Na segunda seção apresentamos tais discursos no contexto brasileiro e sublinhamos de que modo o Brasil posiciona-se em relação às questões da Pandemia e, em particular, como a população negra é impactada pelas medidas e pelos discursos pronunciados pelo presidente.

Por fim, na última seção, relacionamos as práticas de violência vividas no contexto da Pandemia com as históricas práticas de terror racial que configuram as relações de poder nos dois países e que produzem o cenário de altas taxas de letalidade em virtude de contaminação por Covid-19 e por outras causas externas preveníveis e evitáveis.

“Não deixe o Covid-19 dominar a sua vida”: Trump, Covid-19 e população negra

Segundo a Universidade Johns Hopkins, em 22 de janeiro de 2021, os Estados Unidos da América registraram 411.426 mortes em decorrência da Covid-19. Isso transformou o país no recordista de mortes resultantes do coronavírus. No mundo, os Estados Unidos também são o país com o maior número de casos da doença: mais de 24 milhões de norte-americanos se contaminaram. A China, país onde o vírus surgiu, liderou a quantidade de casos até março, desde o dia 26 de março de 2020 até 22 de janeiro de 2021 os Estados Unidos lideraram o ranking de contaminações e de mortes. Esse resultado tem sido atribuído a uma série de fatores, de um lado há autores defendendo que a resposta dos Estados Unidos à Covid-19 foi calcada nas iniciativas individuais dos estados, ao invés de uma resposta única nacional (KETTL, 2020). Por outro lado, há autores analisando a dificuldade de distinguir informações precisas de informações falsas como um dos problemas da gestão da Pandemia (DHILLON *et al.*, 2020). Há também a indicação da responsabilidade da inação do governo federal e do congresso em adotar medidas de controle (MAXEINER, 2020). De ambos os lados, a gestão da crise e da informação por parte do governo federal é apontada como um ponto frágil da gestão da Pandemia (DHILLON *et al.*, 2020; KETTL, 2020; MAXEINER, 2020).

Os discursos de Donald Trump sobre a Covid-19 foram desarticuladores de políticas públicas adotadas em resposta à Pandemia. Usando instrumentos retóricos como o negacionismo e o desvio de responsabilidade, Trump relegou a população a “decisão” sobre proteger-se ou não na Pandemia, deixando de fornecer informações confiáveis ou condições de proteção à população vulnerável. Os discursos de Trump dimensionam o projeto necropolítico de sua gestão, especialmente em relação à população negra. A política de desinformação visa também escamotear o desinvestimento em saúde promovida pelo governo.

Desde o início da Pandemia, Trump agiu de uma forma dúbia em relação a resposta à doença. Em diversos discursos o presidente norte-americano relativizou ou diminuiu a importância e seriedade da Pandemia. Porém em outros momentos Trump e sua equipe política reproduziram informações das organizações internacionais em relação ao vírus. Esse jogo de informação e desinformação conformou a política de comunicação em relação ao coronavírus. Em setembro, a revista Forbes identificou quinze ocasiões nas quais o presidente americano erroneamente comparou o vírus da Covid-19 com o vírus da gripe (BEER, 2020). Ainda que a maioria dessas menções tenha sido no começo da Pandemia, entre fevereiro e março, em abril foi revelado por veículos de imprensa como o *The New York Times* (HABERMAN, 2020) e a *CMV* (DIAMOND; DUSTER, 2020) que o governo federal foi alertado da gravidade e das consequências da Pandemia em 29 de janeiro de 2020. Dentre as informações divulgadas nos memorandos de David Navarro constam a expectativa que a Covid-19 se tornasse uma Pandemia, a possibilidade de morte de mais de 500 mil norte-americanos se nenhuma medida fosse adotada, e a necessidade da adoção de medidas urgentes (DIAMOND; DUSTER, 2020; HABERMAN, 2020). Entretanto, as medidas adotadas pelo governo norte-americano desconsideraram os alertas, e no discurso do presidente Donald Trump há um conjunto de indicadores da política de desinformação adotada.

Em relação ao Covid-19, Trump adotou diferentes tipos de retórica. Por um lado, o presidente usou diversas estratégias para minimizar a Pandemia, por outro, usou as coletivas de imprensa, discursos oficiais e sua conta na rede social *Twitter* para disseminar formas diferentes de desinformação (WOESLER, 2020; YUM, 2020). De janeiro a agosto de 2020, Trump minimizou a Pandemia, divulgou informações falsas e se eximiu das responsabilidades inerentes do seu cargo mais de cem vezes (WOESLER, 2020). Classificamos os discursos de Trump acerca da Pandemia em dois tipos diferentes de retórica: o negacionismo e o desvio de responsabilidade.

O negacionismo operou de diversas formas diferentes ao longo do primeiro ano da Pandemia de Covid-19. Nos discursos de fevereiro, Trump buscou esconder ou diminuir a gravidade da Pandemia. Em 19 de fevereiro de 2020, o presidente norte-americano afirmou que achava “que tudo vai dar certo, quando chegarmos em abril, no clima mais quente, vai ter efeito negativo nesse tipo de vírus” na sua conta no *Twitter* (WOESLER, 2020). Outra estratégia recorrente foi a comparação do coronavírus com o vírus da gripe (STEPANSKY, 2020). Em um tweet de 9 de março, Trump afirmou que “ano passado 37 mil americanos morreram de gripe. Normalmente varia de 27 mil a 70 mil por ano. Nada fecha, a vida e a economia continuam. Agora há 546 casos confirmados de coronavírus, com 22 mortes. Pense sobre isso!” A comparação da Covid-19 com a gripe foi argumento recorrente da estratégia de comunicação de Trump, entre fevereiro e março, a revista *Forbes* contabilizou treze vezes em que essa comparação foi feita (BEER, 2020). Outra tática negacionismo utilizada foi tentar mudar o significado das evidências de aumento na contaminação. Nos dias 16 e 20 de junho Trump afirmou que os “casos estão aumentando porque estamos testando bem mais do que qualquer outro país” (FEUER, 2020). A mesma estratégia foi usada em outubro, quando os Estados Unidos alcançaram 9 milhões de infectados. A partir de agosto a estratégia retórica foi afetada pela mudança na política de compartilhamento do Twitter e do Facebook. Ambas as redes sociais tomaram iniciativas de bloquear informações falsas sobre a Covid-19. Em 5 de agosto de 2020, Trump postou que “crianças são quase imunes a Covid-19”, esse post foi bloqueado pelo Facebook e pelo Twitter em virtude de conter informações falsas (Spring, 2020).

É importante destacar que os pronunciamentos de Donald Trump negando a gravidade da Pandemia e seus efeitos, mesmo quando feitos no início da Pandemia, não foram um erro de previsão. Além das informações prévias dos memorandos do Navarro, a Organização Mundial da Saúde ou mesmo o governo chinês informaram à inteligência dos Estados Unidos continuamente sobre a Covid-19, sua gravidade e as medidas esperadas do Estado (PÉREZ-PEÑA; MCNEIL, 2020). Porém, em fevereiro, o governo postergou medidas emergenciais para conter a Pandemia (COHEN *et al.*, 2020). Sobre a atuação do presidente norte-americano no mês de fevereiro Cohen (*et al.*, 2020) enfatiza que:

Ignorando o negacionismo de Trump, a Casa Branca tenta retratá-lo como um líder forte que salvou vidas. Mas sua linha do tempo está cheia de comunicados à imprensa sobre planos e uma lista de conversas entre políticos - muita conversa, com pouca ação imediata. Esta narrativa exclui o contexto crítico e encobre algumas falhas importantes da resposta desastrosa do governo. (COHEN *et al.*, 2020).

Ao longo do desenvolvimento e agravamento da Pandemia, a estratégia de negá-la responde a diversas questões. A agenda política da gestão Trump foi marcada por cortes drásticos de fundos de políticas sociais, dentre as quais as de saúde sofreram graves consequências (FURLOW, 2017). Allen (2017) indica que “o Departamento de Serviços

Humanos e de Saúde, o Instituto Nacional de Saúde e o Centro de Prevenção e Controle de Doenças sofreram cortes de cerca de 18% dos seus recursos." Esses recursos não cobriam somente o investimento interno em saúde de norte-americanos, mas uma parte reduzida do recurso era destinada à assistência à saúde em outros países. Outra questão importante foi o efeito das eleições presidenciais na gestão da Pandemia.

Os discursos de campanha de Trump deram continuidade a uma técnica de reconstrução da realidade que permeia todo o seu mandato (VISCARDI, 2020). Essa técnica é baseada em apresentar uma informação falsa ou imprecisa, e fazê-lo de uma forma estabaneada e destrambelhada, de modo que gere dúvida sobre a seriedade da informação apresentada. Desse modo, quem apoia o presidente incondicionalmente é contemplado pela negação da realidade, e quem acompanha de forma crítica o seu mandato fica ciente que não pode confiar na informação. Os pronunciamentos sobre a Covid-19 são um exemplo claro dessa estratégia.

Como estratégia retórica, a negação da Pandemia tem limitações. Conforme os efeitos da Pandemia vão atingindo mais pessoas, e a letalidade se torna mais visível, fica mais difícil negá-la completamente. Em resposta a essa limitação, uma estratégia amplamente adotada por Donald Trump foi o desvio de responsabilidade. Trump culpou a imprevisibilidade da doença, a China e o "excesso de testes" pelo resultado da Pandemia nos Estados Unidos. O presidente norte-americano afirmou que a Covid-19 poderia "desaparecer como num milagre" (COLLISON, 2020). As tentativas de desvio de atenção e a desresponsabilização da gestão federal tem relação direta com a forma que o trumpismo tem sido apresentado como corrente política. Patenaude (2019) define o trumpismo como uma atualização do populismo norte americano caracterizada por uma crescente ansiedade frente à sucessivas crises econômicas e por uma adesão do eleitorado branco pobre que vinha sofrendo as mais drásticas consequências do neoliberalismo. Uma importante característica do trumpismo é o uso político do ressentimento racial. Saramo (2017) destaca como características do trumpismo o masculinismo, a demagogia e uso de mentiras, e o estímulo a violência. Sob o ponto de vista retórico Trump apresenta características similares a outras lideranças internacionais como Vladimir Putin, Xi Jinping, Kim Jong-un e Rodrigo Duterte (SARAMO, 2017).

A relação do trumpismo com a supremacia branca foi reafirmada nos discursos e na gestão da Pandemia. Diante das evidências das disparidades raciais da Pandemia, Donald Trump afirmou que existem evidências que pessoas negras são mais afetadas, porém que não se sabia a causa dessa desproporcionalidade (COLLINS, 2020). A administração de Trump tentou relacionar a desproporcionalidade na morte de pessoas exclusivamente às condições de saúde da população negra prévias à Pandemia. Essas afirmações desconsideram a complexidade do racismo no país. A constatação de que a Covid-19 afeta desproporcionalmente a população negra é apontada por diversos estudos (EGEDE; WALKER, 2020; GAYNOR; WILSON, 2020). Porém, as causas dessa desproporcionalidade não são ignoradas. Por um lado, a população negra é mais vulnerável à Covid-19 devido às áreas da economia nas quais ela está concentrada, à prevalência das comorbidades da Covid-19 na população negra, como diabetes e hipertensão, e ao baixo acesso da população negra à saúde (GUPTA, 2020). Por outro lado, o racismo institucional afeta os serviços da Covid-19 e as políticas realizadas em resposta à Pandemia (GAY *et al.*, 2020). Porém, várias evidências foram apontadas de tratamento discriminatório de pessoas negras por serviços de saúde no contexto da Covid-19 (GAY *et al.*, 2020).

A desconsideração da realidade racial norte-americana, associada a agenda de extrema direita do trumpismo, fizeram com que as medidas em resposta à Covid-19 não atendessem a população negra nem do ponto de vista econômico, tampouco do ponto de vista sanitário. Egede e Walker (2020) enfatizam que as medidas adotadas pelo governo norte-americano, como o auxílio financeiro, não abarcam a necessidade de uma “resposta abrangente e coordenada de longo prazo” (EGEDE; WALKER, 2020, p. 2). Os autores apontam a necessidade de políticas de empoderamento econômico focalizadas em comunidades negras, assim como ações de saneamento e promoção de moradia, e ações específicas nos setores profissionais nas quais a população negra é maioria. Gay (*et al.*, 2020) ressalta que sem o combate ao racismo institucional, as políticas de resposta à Covid-19 tendem a perpetuar a desigualdade.

O acesso e a testagem constantes para atividades profissionais menos protegidas tem sido um problema, porque o medo de afastamento do trabalho, e, conseqüentemente não receber salários, tem feito trabalhadores negros temerem e evitarem as testagens (EGEDE; WALKER, 2020). Outro exemplo de desigualdade está no direito à proteção pelo uso de máscaras. Em abril, denúncias de perseguição e acossamento por parte de agentes de segurança contra homens negros usando máscaras de proteção começaram a se proliferar (CINEAS, 2020). Como medida de prevenção à Covid-19, as cidades determinaram o uso obrigatório de máscaras, porém, se homens negros usavam máscaras, eles eram perseguidos e agredidos por seguranças privados e policiais, porém se eles não usam máscaras estavam descumprindo a determinação legal, sendo perseguidos e detidos. Essa desconsideração da situação social também se apresenta na relação entre proteção de grupos vulneráveis, diante da ausência de políticas econômicas que garantam essa proteção. Bhandari *et al.* (2020) enfatiza que no caso da população negra idosa, essa é exatamente a população sobrerrepresentada nos serviços essenciais, com menores salários. Então, em tese ela teria direito a proteção, por ser mais vulnerável, mas por outro lado ela está dentro dos serviços emergenciais, que não estão sujeitos ao home office.

Duas iniciativas seriam essenciais para a proteção da população vulnerável na Pandemia de Covid-19: a disseminação de informações precisas e inteligíveis sobre a Pandemia e como proteger-se, e uma política social para garantir que as pessoas tivessem condições de adotar as medidas de proteção, desde as sanitárias, às de saúde e assistência social. Ambas as frentes de ação falharam consistentemente nos Estados Unidos. Dizer que as pessoas devem se proteger, sem garantir politicamente que essa proteção se concretize é tão somente um instrumento retórico demagógico. Da mesma forma que disseminar informações que negam a Pandemia, são um fator de desmobilização de esforços de proteção. Quando os Estados Unidos alcançavam a marca de 210 mil mortos em 2 de outubro de 2020, Trump afirmou que as pessoas não deveriam ter medo da doença, e que “não deveriam deixar a Covid dominar suas vidas” (KOLATA; RABIN, 2020). Esse discurso foi em resposta à confirmação da infecção de Trump pela Covid-19. Entretanto, também sintetiza a abordagem do trumpismo diante da Pandemia de Covid-19, porque ele nega a seriedade da Pandemia, reduz a dimensão da resposta à Pandemia ao sentimento individual, despreza a assimetria no acesso a saúde, e desresponsabiliza o Estado em relação às ações necessárias para diminuir as infecções.

E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? – Bolsonaro e o racismo na Pandemia

Do mesmo modo que nos Estados Unidos, no Brasil a gestão da Pandemia por parte do governo federal, em especial pela ação do presidente da República, foi marcada por práticas de negacionismo, de confrontação das orientações médicas, por casos de corrupção e mau uso do dinheiro público e por episódios de conflitos entre o executivo federal e os governos dos estados. Ao mesmo tempo, também foi recorrente durante a gestão da Pandemia o acionamento frequente do Poder Judiciário para suplementar a ação pública diante das omissões do governo, bem como foram recorrentes denúncias internacionais visando chamar atenção para o quadro sistemático de violação de direitos humanos gerado pelo Estado brasileiro (FREITAS *et al.*, 2020).

A posição do presidente da república no período esteve entre a negação da gravidade da Pandemia e do seu potencial de contaminação e o próprio estímulo a práticas sociais que inevitavelmente gerariam a morte de milhares de pessoas. Por várias vezes durante a Pandemia o presidente tem desobedecido as orientações quanto ao uso de máscaras, tem promovido encontros de apoiadores gerando aglomerações e, o mais grave, tem estimulado a população a adotar condutas semelhantes gerando ainda mais desinformação e, por consequência, maior contágio e maior letalidade. Em 29 de março, quando o Brasil já registrava 136 mortes por coronavírus e aumento diário do número de casos, o presidente afirmou: “Essa é uma realidade, o vírus tá aí. Vamos ter que enfrentá-lo, mas enfrentar como homem, porra, não como um moleque. Vamos enfrentar o vírus com a realidade. É a vida. Todos nós iremos morrer um dia” (BBC Brasil, 2020).

Declarações desse tipo sucederam-se e foram consolidando um bloco de apoiadores bolsonaristas comprometidos com o negacionismo, a confrontação das regras sanitárias e com o próprio atentado à vida das pessoas e grupos mais expostos à morte por coronavírus (notadamente negros/as, pobres, povos e comunidades tradicionais). Nas redes sociais proliferaram-se campanhas contrárias às manifestações da ciência e no âmbito da comunidade médica, e dentro do Ministério da Saúde, grupos ligados ao presidente dedicaram-se a promover a prescrição e o uso de medicamentos como a ivermectina e a hidroxicloroquina, de eficácia sabidamente não comprovada para tratamento de Covid-19 (PAULUZE, 2020).

Parte dessa estratégia negacionista foi a verdadeira política de desinformação protagonizada pelo governo federal que obstaculizou o acesso aos dados sobre o número de mortes, impediu durante algum tempo a desagregação dos dados por raça/cor e jamais informou qual o número efetivo de testes aplicados. O quadro de desinformação promovido pelo Ministério da Saúde alcançou um estágio tão dramático que desde junho de 2020 os maiores veículos de imprensa do país (Portais G1 e UOL e os jornais O Globo, Extra, Estadão e Folha) criaram, eles mesmos, um consórcio para coletar nas secretarias de Saúde, e divulgar em conjunto, números sobre mortes e contaminados, em razão das limitações impostas pelo Ministério da Saúde (RODRIGUES, 2020).

A iniciativa decorreu do fato de que o Ministério da Saúde houvera alterado a quantidade e a qualidade dos dados divulgados sobre a Pandemia dias depois de o presidente da república afirmar, em tom de deboche, que “acabou matéria no Jornal Nacional” para referir-se a decisão que, em 17 de abril, alterou o horário de divulgação

diária dos boletins à imprensa como forma de impedir as matérias sobre a Pandemia nos jornais diários de televisão (GARCIA, 2020). Na ocasião, o Ministério também retirou dos dados oficiais o registros sobre o acumulado de casos registrados e passou apenas a relatar os casos novos, visando flagrantemente adulterar a notificação acerca do alcance da Pandemia. Ficaram de fora dos dados publicados por algumas semanas os *links* para downloads de dados em formato de tabela, essenciais para análises de pesquisadores e jornalistas e deixaram de ser publicados: curva de casos novos por data de notificação e por semana epidemiológica; casos acumulados por data de notificação e por semana epidemiológica; mortes por data de notificação e por semana epidemiológica; e óbitos acumulados por data de notificação e por semana epidemiológica.

No âmbito da questão racial a ausência informações desagregadas sobre o perfil racial das pessoas contaminadas e mortas obrigou organizações do movimento negro a encaminharem uma carta denunciando e situação e, com o apoio de especialistas negras da área da saúde coletiva, criar uma campanha que apenas em junho possibilitou a divulgação das informações raciais no site do ministério. Até abril de 2020 a variável raça/cor não era de preenchimento obrigatório no sistema de notificação do Ministério da Saúde (e-SUS VE) utilizado no contexto da Pandemia.

Outro aspecto significativo dessa questão diz respeito à prevalência de doenças crônicas não transmissíveis, como hipertensão e diabetes, sobre a população negra o que aumenta sua vulnerabilidade aos agravos da Pandemia de Covid-19, bem como a desigualdade na distribuição territorial dos serviços de média e alta complexidade nos territórios urbanos, o que também sobrevitimizava pessoas negras, moradoras das regiões mais distantes e degradadas (FARIA; YUKARARI, 2020). Inúmeros estudos no campo da saúde coletiva têm assinalado essa questão e evidenciando como, em especial no contexto da Covid-19, a desigualdade racial contribui para a maior exposição da população negra às taxas de contaminação e morte por Covid-19, como resultado do descompromisso da ação estatal com as políticas de saúde da população negra no país (FARIA; YUKARARI, 2020; LIMA, MILANEZI, 2020; SANTOS, NERY, GÓES *et al.*, 2020).

A esse quadro soma-se a ocorrência de casos de corrupção e de desvio dos recursos destinados ao enfrentamento à Pandemia, bem como o desperdício de recursos com a aplicação em medidas que contrariam o consenso científico ou que apontam para os interesses de setores da indústria farmacêutica ou apenas para o grupo de apoiadores do Presidente. Em relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) apresentado em junho de 2020 já nos primeiros meses da Pandemia foram identificados sérios indícios de irregularidades fiscais na gestão orçamentária dos recursos voltados ao combate à Pandemia (LIS; RODRIGUES, 2020).

Segundo a manifestação do Tribunal, houve aquisição de materiais desnecessários ao quadro apontado nos relatórios do ministério da saúde e, por outro lado, falta de materiais e equipamentos essenciais como ventiladores pulmonares, respiradores e insumos para realização dos testes. Na ocasião, o Tribunal recomendou que o governo adotasse critérios técnicos para distribuição de recursos, considerando, por exemplo, a incidência *per capita* da doença, estimativas de propagação, taxas de ocupação de leitos e estrutura de serviços de saúde existentes (TCU, 2020). Nos meses seguintes nada disso foi operacionalizado e cresceram os indícios de desvio de verbas como demonstrou não só o relatório do TCU mas também as várias investigações realizadas pelo Ministério Público que indicaram o

recebimento de propina e aquisição de equipamentos superfaturados em vários estados (com destaque para Rio de Janeiro, Bahia, Distrito Federal e São Paulo) em todos eles com suposta participação de agentes públicos federais (MENDES; POMPEU, 2020).

Por outro lado, medidas de assistência emergencial básica, que poderiam salvar a vida de pessoas que foram vulnerabilizadas ainda mais no contexto da Pandemia, como comunidades tradicionais, pessoas desempregadas e trabalhadores informais, foram negligenciadas, ou mesmo sabotadas, pelo governo federal. Segundo dados da Instituição Fiscal Independente, por exemplo, dos R\$ 44,2 bilhões aprovados para o combate à Pandemia no primeiro semestre de 2020, apenas 28,3% foram efetivamente gastos até 15 de junho (IFI, 2020) enquanto só até maio de 2020, nos primeiros meses da Pandemia, 18,5 milhões de brasileiros já não procuraram ocupação, 19 milhões foram afastadas do trabalho e 30 milhões tiveram alguma redução no rendimento mensal, conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar Contínua (PNAD contínua), sistematizados pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).

Além das declarações de negação do consenso científico em termos de prevenção do contágio por coronavírus (uso de máscaras e distanciamento social) o Governo Brasileiro também liderou uma verdadeira guerra interna com os governos dos estados e municípios impedindo deliberadamente a construção de uma agenda federativa no campo da saúde pública e das medidas de assistência aos mais afetados pela redução da atividade econômica. Além da omissão em atividades próprias do governo federal como a coordenação do Sistema Único de Saúde (SUS), articulação internacional para compra de equipamentos e insumos hospitalares e monitoramento dos leitos para rápido remanejamento em casos de risco de colapso nos estados o governo federal protagonizou, ele mesmo, a edição de medidas normativas que conflitaram com as articulações feitas pelos estados e municípios na tentativa de enfrentar a Pandemia e reduzir o número de mortes.

Em abril de 2020 o governo federal chegou a disputar com o estado do Maranhão (uma das mais pobres unidades da federação) equipamentos de ventilação pulmonar que haviam sido adquiridos junto a China para suprir a altíssima demanda verificada no estado (FOLHA PAINEL, 2020). A ação capitaneada pelo presidente Bolsonaro representou nesse caso uma disputa política com um governador adversário ensejando uma decisão do Supremo Tribunal Federal para determinar a entrega dos equipamentos no estado do Maranhão, e não ao Ministério da Saúde como pretendia o Presidente (FOLHA, 2020). Antes disso, outros estados também haviam protagonizado disputas com o governo federal em torno de questões como competência para determinar medidas de restrição de circulação no contexto da Pandemia ou regras para destinação dos recursos orçamentários para aquisição de material para as unidades em colapso (FOLHA, 2020)

Criou-se no país uma efetiva guerra federativa em face da postura negacionista e autoritária da presidência da república o que ensejou o frequente acionamento do Poder Judiciário para suplementar a ação pública e impedir que os estados e municípios fossem ainda mais prejudicados pelas persistentes iniciativas de promoção das mortes por parte do governo federal. Grupos específicos como quilombolas, povos indígenas e moradores de favelas também chegaram a procurar o Supremo Tribunal Federal e organismos internacionais visando medidas que interrompessem a ação letal da presidência da

república ou que preservasse direitos fundamentais básicos como: acesso água potável, alimentação adequada e manutenção do auxílio emergencial no contexto da Pandemia.

Internacionalmente a situação de desamparo das comunidades tradicionais, e da população negra de modo mais amplo, foi apresentada por inúmeras organizações e movimentos da sociedade civil brasileira despertando manifestações de relatores das Nações Unidas, de integrantes do alto escalão das organizações multilaterais e provocando manifestações dos órgãos colegiados da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. O quadro de desassistência da população nos diferentes espaços da vida social no Brasil chamou a atenção de vários especialistas ao redor do mundo por representar um registro dramático da atuação letal do governo brasileiro no contexto de emergência sanitária.

A alta comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Michelle Bachelet, pronunciou-se acerca da situação brasileira em inúmeras ocasiões desde o começo da Pandemia e por várias vezes ressaltou preocupação com a ausência de medidas de proteção às populações negras e indígenas e com a recorrente oposição à ciência por parte do Presidente da República do Brasil. Em entrevista realizada em Genebra em junho de 2020 a alta comissária afirmou:

Onde quer que existam, dados desagregados indicam que os membros de minorias raciais e étnicas e os povos indígenas têm maior probabilidade de morrer de Covid-19 e são os mais atingidos por suas consequências socioeconômicas. Isto é particularmente verdadeiro para pessoas de ascendência africana, que – em todas as áreas da diáspora afrodescendente – continuam a enfrentar uma educação desigual; serviços inadequados e acesso a cuidados de saúde; e formas cruzadas de discriminação estrutural que as colocam na linha de frente em empregos tão chamados "essenciais" que aprofundam sua vulnerabilidade. A situação exige urgentemente uma liderança fundamentada em clareza, evidências e princípios para proteger os membros mais vulneráveis da sociedade, e para enfrentar as profundas desigualdades que estão acelerando a incidência e o impacto da Pandemia. (BACHELLET, 2020)

O mesmo aspecto também foi ressaltado pelo relator especial para moradia adequada do Alto Comissariado das Nações Unidas (ONU), Balakrishnan Rajagopal, ao manifestar-se sobre as remoções e despejos realizados no Brasil (UNRH, 2020); pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em pronunciamento sobre a situação do sistema prisional brasileiro, ocupado majoritariamente por pessoas negras (CIDH, 2020), e pela Organização Mundial da Saúde, em reiteradas entrevistas sobre o quadro brasileiro e em informes oficiais sobre o avanço da Pandemia.

Por várias vezes, importantes autoridades internacionais manifestaram-se indicando potenciais casos de violações de direitos humanos, especialmente em relação à população negra, e sublinhando a necessidade de medidas efetivas por parte do governo federal, em particular por parte do próprio presidente da República. Nenhuma dessas posições ensejou a mudança nas políticas do governo brasileiro tampouco moderou a retórica agressiva do presidente Bolsonaro e de sua equipe de assessores.

Violência racial (n)a Pandemia

Uma Pandemia viral com as características do coronavírus acarreta duradouras consequências sociais. Estudos preliminares na Europa, revelaram que as medidas de lockdown efetuadas em diversos países na Pandemia trouxeram uma diminuição expressiva

em crimes contra a propriedade e assaltos (UNODC, 2020). No caso do Brasil e dos Estados Unidos, a letalidade da violência racial ofuscou a Pandemia de Covid-19 e expôs com maior nitidez o que Joy James e Jaime Amparo Alves tem chamado de “afinidades imperiais antinegras nas práticas de policiamento racializado” entre os dois países (ALVES; JAMES, 2017, p. 125).

Também denominado como Pandemia dentro da Pandemia, o assassinato sistemático de pessoas negras teve na morte de George Floyd nos Estados Unidos seu epicentro de revolta e de protesto negro com desdobramentos na luta antirracista em todo o mundo (STOLBERG, 2020). No caso do Brasil, as medidas restritivas da Covid-19 e a decisão judicial do STF para impedir ações policiais nas favelas durante o lockdown não surtiram efeitos esperados em termos de diminuição da morte sistemática de pessoas negras, que teve na mortalidade de crianças sua evidência mais drástica (FOGO CRUZADO, 2020).

Ambos os presidentes foram confrontados com massivos protestos contra a violência racial durante a Pandemia. A reação desses governantes as evidências de violência racial e ao protesto negro durante a Pandemia de Covid-19 relevam dimensões do que Mbembe (2001) acentua como caráter grotesco e obscuro do comando pós-colonial. A relação do trumpismo e do bolsonarismo com a supremacia branca não é meramente ideológica. Para promover uma análise amefricana dos discursos presidenciais em resposta à Covid-19, é necessário incorporar os fenômenos de violência racial durante a Pandemia, que desafiaram as medidas de prevenção à Pandemia, como o *lockdown*, e a política racial hegemônica e que revelam a dimensão estrutural e sistemática dessas práticas letais e abusivas.

As políticas de segurança que resultam na morte sistemática de pessoas negras, associadas ao encarceramento em massa, aproximam as realidades de Brasil e Estados Unidos (VARGAS, 2018). Entretanto, do ponto de vista retórico e programático o trumpismo e o bolsonarismo representam uma série de peculiaridades no desmantelamento das perspectivas de igualdade da população negra na medida em que explicitam discursos de ódio e contribuem para a organização e o fortalecimento de grupos mais ou menos explícitos de interesses supremacistas que insistem em monopolizar o poder político e a gestão da vida no curso da *América*.

O trumpismo nasce em resposta a eleição do primeiro presidente negro americano, a emergência do movimento *Black Lives Matter* e aos anseios econômicos e políticos de uma classe empobrecida branca. Trump não cria a supremacia branca americana, ele é reflexo e refletor de um movimento político que tem no terror racial um elemento importante de sua articulação. Para Flisfeder (2018), o trumpismo faz parte de uma ascensão global da direita representada pelo *Brexit* na Europa e pelas transições ao conservadorismo em resposta à primavera árabe. A defesa do racismo, sexismo e homofobia fazem parte da agenda da extrema direita porque o combate a esses sistemas de desigualdade foi incorporado às agendas de esquerda e centro.

Kusz (2019) destaca que o trumpismo surge como um aglutinador dos anseios masculinistas, racistas e homofóbicos de uma parcela significativa da direita americana. O desejo de “resgatar” uma representação onipotente, positiva e viril da masculinidade branca apela para a imagem de atletas e treinadores brancos de direita como representantes desse resgate. Um importante elemento do trumpismo é a luta contra o

“politicamente correto”, que é reduzido a pautas de defesa dos direitos humanos e equidade racial, de gênero e orientação sexual (FLISFEDER, 2018; KUSZ, 2019).

A defesa de falas “sem papas na língua” escamoteia a violência explícita pela autenticidade performática. A normalização dos discursos de ódio de Trump tem consequências sociais. No caso da Pandemia de Covid-19, esses discursos não somente foram incapazes de deter ou amenizar os fenômenos de violência racial, como eles estimularam e defenderam supremacistas brancos que protagonizaram atos de extrema violência.

O ano de 2020 foi consideravelmente violento nos Estados Unidos, com mais de 19 mil mortes por arma de fogo (GVA, 2020). O projeto #SayTheirNames (Diga os seus nomes) apresentou as histórias de 34 pessoas negras assassinadas em 2020, dessas 26 morreram após a adoção de medidas de restrição de contágios da Covid-19. Três casos de violência policial são emblemáticos para a compreensão da realidade americana na Covid-19 em 2020, são os caos do assassinato da profissional da saúde Breonna Taylor, o segurança George Floyd e da tentativa de assassinato de Jacob Blake. Em 13 de janeiro, Breonna Taylor foi morta dentro de sua casa em Louisville, Kentucky. Três policiais invadiram sua residência alegando estar em busca de drogas. Kenneth Walker, namorado de Breonna Taylor, possuía porte de armas e atirou em um dos policiais, imaginando estar sofrendo um assalto. Meses após protestos sobre a ausência de investigação e condenação dos policiais, o caso foi aberto (BERMAN, 2020; BROWN, 2020). Os três policiais não foram processados pelo assassinato de Breonna Taylor, sendo que um deles foi indiciado por ter atirado nas paredes de uma propriedade privada e não por ter participado na morte dela (BROWN, 2020). Em 25 de maio, George Perry Floyd Jr. foi assassinado em Minneapolis, Minnesota. Um dos policiais responsáveis pela sua morte, Derek Chauvin, ajoelhou no seu pescoço por 8 minutos. Essa morte foi transmitida online por uma das testemunhas. Quatro policiais foram indiciados. Manifestações se espalharam pelos Estados Unidos, Brasil e diversos países do mundo pela condenação dos assassinos de Floyd, mas também reforma no sistema de justiça e contra o racismo. Aproximadamente 20 pessoas morreram em protestos somente nos Estados Unidos. Derek Chauvin aguarda o julgamento em liberdade depois de pagar uma fiança de 1 milhão de dólares (TAYLOR, 2021). Em 23 de agosto de 2020, Jacob Blake foi baleado sete vezes por policiais que foram chamados para pacificar uma briga familiar em Kenosha, Wisconsin. Quando foi alvejado, Jacob Black tentava entrar em seu carro onde estavam 3 crianças. As manifestações dos casos Floyd, Taylor e Blake se conurbaram em Kenosha. Em 25 de agosto, duas pessoas foram assassinadas em protestos após uma milícia formada por homens brancos sair às ruas atirando em manifestantes em Kenosha. Kyle Rittenhouse foi identificado como o assassino pelas redes sociais. Ele foi preso, porém foi solto após pagar uma fiança de 2 milhões de dólares (TOLAN, 2020; ORECCHIO-EGRESITZ; DZHANOVA, 2020).

Quando os policiais não foram indiciados pela morte de Breonna Taylor, Trump mandou uma mensagem dizendo que amava a comunidade negra (NBC-Washington, 2020). Depois do assassinato de George Floyd, quando divulgada a diminuição do desemprego, Trump disse era “um ótimo dia para George Floyd” que ficaria feliz com os dados do governo (BBC, 2020). Em resposta aos protestos, o presidente norte-americano foi à igreja St John's Episcopal com uma bíblia na mão, enquanto protestos em Washington eram violentamente reprimidos (BASHIR, 2020). O presidente ameaçou usar a guarda nacional para reprimir os protestos que se espalharam no país ao longo de meses. Trump

defendeu Kyle Rittenhouse alegando que ele teria atirado nos manifestantes por legítima defesa (FRITZE *et al.*, 2020).

O bolsonarismo por seu turno também se insere no amplo movimento de recomposição de um conjunto de valores elitistas ligados à ordem e à segurança como resposta ao momento de crise econômica, crescimento de número de crimes patrimoniais contra setores das classes médias associados a reconfiguração do campo religioso brasileiro e à emergência de movimentos de extrema direita e de populismo conservador (MACHADO-PINHEIRO; FREIXO, 2019). A eleição de 2018 foi marcada por uma sofisticada rede de disseminação de notícias falsas – muitas delas ligadas à detratção moral do candidato adversário de Bolsonaro por meio de *fake news* relacionados ao tema da corrupção e das políticas de diversidade sexual.

Também compuseram o repertório de ataques políticos do então candidato Bolsonaro notícias falsas relativas à questão religiosa e forte apelo às forças de segurança que atualizam narrativas míticas sobre o período da ditadura civil-militar de 1964 e acionavam imagens do anticomunismo que anos antes inspiraram temor e engajamento da classe média com projetos populistas autoritários e de direita. A avaliação negativa do PT, que dois anos antes houvera sido alvo de um processo fraudulento de impeachment, contribuiu para catalização de insatisfações de diferentes setores sociais que resultaram na eleição de Bolsonaro a partir do discurso de que era preciso “mudar tudo que está aí”. Em discurso transmitido em um telão na Avenida Paulista uma semana antes da votação de 28 de outubro de 2018 Bolsonaro se referia aos adversários do PT, com quem disputou o segundo turno das eleições, com ameaças e ataques: “Essa turma, se quiser ficar aqui, vai ter que se colocar sob a lei de todos nós. Ou vão para fora ou vão para a cadeia. Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria”.

Do ponto de vista das pautas de raça, gênero e sexualidade, Bolsonaro se coloca como um silenciador de pautas de minorias e, assim como Trump, como um combate do que ele chama de ditadura do politicamente correto. Sob uma perspectiva de autoras negras atentas à dimensão estrutural do racismo e do sexismo na sociedade brasileira, Bolsonaro maximiza o supremacismo branco e aprofunda a agenda genocida (FLAUZINA, 2019) explorando a peculiar forma brasileira de combinar uma imagem contraditória de inclusão e eliminação do “elemento negro” no âmbito da cultura no que Lélia Gonzalez chamara de fenômeno de “neurose cultural” (GONZALEZ, 1982).

Desde antes da posse, no período após a confirmação da vitória em 2018, as declarações de Bolsonaro apontaram sistematicamente para o acirramento das tensões raciais; para a própria eliminação física de pessoas negras e para o empoderamento de grupos policiais e de milicianos envolvidos com o controle paramilitar em grandes capitais e em cidades médias do país. É imenso o rol de declarações e medidas adotadas pelo presidente na perspectiva do fortalecimento de pautas de brutalização e autonomização predatória das forças de segurança pública (MUNIZ, 2019).

Em entrevista ao Jornal Nacional, da TV Globo, em agosto de 2018, o então candidato reforçou seu entendimento, declarado diversas vezes, de que “violência se combate com mais violência”, justificando que criminoso “não é ser humano normal” e afirmando que “o policial entra, resolve o problema e, se matar 10, 15 ou 20, com 10 ou 30 tiros cada um, ele tem que ser condecorado, e não processado”. Em declarações anteriores, ele já havia dito que “policial que não mata não é policial” e que a “polícia brasileira tinha que matar é mais”

estimulando publicamente não só os casos de letalidade policial mas também fomentando a formação de grupos paramilitares armados como foi possível constatar nas medidas subsequências, após janeiro de 2019, quando Bolsonaro, junto com o seu então ministro da Justiça, o ex-juiz Sérgio Moro, liderou uma série de medidas de fortalecimento da indústria de armas e de enfraquecimento do combate às milícias por parte da Polícia Federal (FREITAS, 2019).

Nos dois primeiros anos do governo Bolsonaro foram editados mais de 20 atos facilitando o acesso dos cidadãos a armamentos e munições, um deles inclusive autorizando cada pessoa a registrar até quatro armas sob o argumento da defesa pessoal. No mesmo período, assistiu-se a um enorme salto no número de armas em circulação a partir de um verdadeiro *lobby* armamentista por parte do governo federal. A despeito das inúmeras pesquisas que apontam o fácil trânsito de armas da posse legal para o mercado ilegal, só no primeiro semestre de 2020 foram concedidos pela Polícia Federal 58 mil novos registros de arma de fogo, o que representa pelo menos quatro mil a mais do que todos os registros concedidos no ano anterior (DW, 2020).

Ao mesmo tempo, o governo Bolsonaro estimulou insurreições de policiais militares, como a ocorrida no Ceará em fevereiro de 2020 (G1 CE, 2020), e mostrou-se bastante leniente com a ação de milícias e grupos de extermínio já tendo, inclusive, defendido expressamente a sua legalização.

Trata-se de um conjunto de discursos (e de práticas) que carregam uma série de dispositivos de violência racial explícita e implícito e que aprofundam o grau de brutalidade contra a população negra no país. Somente em 2020 (primeiro ano da Pandemia de Covid-19), segundo o *Relatório Anual do Fogo Cruzado*, 22 crianças foram baleadas na Região Metropolitana do Rio – 8 delas não resistiram e morreram. Entre os adolescentes, 40 foram atingidos e 18 morreram. Na média, quase duas crianças atingidas por mês, quase todas por armas e munição disparadas pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (O DIA, 2021).

Os casos impressionam pela indiferença com que são tratadas as mortes causadas pela ação policial e como há, por parte do governo federal, uma retórica permanente de legitimação da ação violenta da polícia mesmo diante da constatação do papel que as forças de segurança assumem na produção de terror nas comunidades e territórios negros das cidades. Entre os inúmeros casos de crianças mortas no ano de 2020 há casos como o de João Pedro Mattos Pinto, de 14 anos, assassinado durante operação conjunta das polícias Civil e Federal no Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo, Rio de Janeiro, em 18 de maio; ou o duplo assassinato das meninas Rebeca Beatriz Rodrigues dos Santos, 7 anos, e Emilly Victoria Silva dos Santos, 4 anos, que foram mortas em dezembro de 2020 enquanto brincavam na porta de casa em Barro Vermelho, uma comunidade de Duque de Caxias, município da região metropolitana do Rio (BETIM, 2021).

Em nenhuma das ocasiões houve sequer manifestação de pesar por parte do presidente e as investigações seguem lentamente sem grandes evidências de que haverá efetiva responsabilização dos envolvidos nas operações. Esse padrão se repete em outros estados ratificando o que indicam os estudos sobre o processamento dos casos de violência policial no Brasil nos últimos 30 anos. Na ampla maioria dos casos o sistema de justiça sequer concluiu a primeira etapa da investigação, o inquérito policial (MISSE et. al., 2015; ZACCONE, 2015; FERREIRA, 2019).

No Ceará, por exemplo, durante a Pandemia (entre fevereiro e maio de 2020) o número de assassinatos dobrou em comparação com o ano anterior em um crescimento provocado por episódios de violência policial, chacinas e ação de grupos de extermínio, confirmando a mesma tendência verificada pela Rede de Observatórios de Violência que verificou nos estados da Bahia, São Paulo, Pernambuco e Rio de Janeiro o mesmo padrão de eventos letais (RAMOS *et al.*, 2020). O racismo está no centro dessas ocorrências que contam ora com conivência ora com o estímulo direto do governo federal e do próprio presidente da república.

Considerações Finais

A análise dos discursos dos presidentes dos Estados Unidos e do Brasil no ano de 2020, primeiro ano da Pandemia de Covid-19, revela profundas similaridades entre os dois líderes tanto em suas retóricas quanto em suas respectivas práticas políticas e ações governamentais. Dentro de uma agenda muito própria dos símbolos políticos da nova direita global Trump e Bolsonaro patrocinaram discursos de negação da ciência, de sucateamento dos serviços públicos e de permanente disputa com os demais entes federados, tudo com fortes impactos negativos e letais sobre a população negra.

Nos dois casos verifica-se nos discursos presidenciais a defesa dos perpetradores de violência racial, a minimização (ou mesmo negação) do papel do racismo na estrutura desses fenômenos e, ao mesmo tempo, a culpabilização dos movimentos que se organizam em resposta a violência como se fossem eles (os movimentos contra a violência) os responsáveis pela "desordem" causada na verdade pela própria ação governamental. Em perspectiva transnacional, Bolsonaro e Trump explicitam afinidades político-ideológicas entre as elites raciais dos dois países. Em ambos os casos se verifica no contexto da Pandemia o acirramento das práticas de proteção de movimentos e grupos corporativos que promovem ódio racial e o sistemático assassinato de pessoas negras, muitas das vezes por agentes das próprias forças estatais.

Em termos teóricos, esse conjunto de práticas reitera a proposição elaborada por Lélia Gonzalez anos antes de que o racismo e o sexismo funcionam como macrocategorias que organizam os sentidos do poder na diáspora africana e, sob esse enquadramento, produzem, ao mesmo tempo, a indeferência em relação ao sofrimento negro e o empoderamento sistêmico das elites raciais (GONZALEZ, 1983). Nos dizeres de Mbembe (2001) sedimentam-se as práticas de necropolítica pelas quais naturaliza a violência e a morte dos corpos racialmente descartáveis e através da vulgarização do que ele chama de estéticas da vulgaridade realizadas por atos grotescos e obscenos dos quais os presidentes Trump e Bolsonaro são violentas ilustrações.

O que confirmamos no estudo dos discursos presidenciais no Brasil e nos Estados Unidos no primeiro ano da Pandemia é a consolidação de relações de poder estabelecidas no contexto de novas configurações da extrema direita pareadas com a manutenção das perversas persistências coloniais. Não se trata propriamente da constituição de novas polarizações raciais no âmbito dos referidos governantes, mas, da exacerbação de seculares práticas de terror racial produzidas a partir (e através) do que Mbembe chama de

banalização do destrato como parte de uma estética de poder que tem no colonialismo a sua origem.

Nesse contexto, o cinismo, a ironia, e o desrespeito à morte de pessoas negras cumpre a dupla função de, por um lado, ser uma tentativa de humilhar e subjugar a população negra moralmente, atualizando o horror da brutalização escravista. E, por outro lado, sinalizar aos supremacistas brancos um endosso a atos de violência contra pessoas negras e uma poderosa proteção do poder hegemônico às práticas de morte, de violência e exclusão racial.

Referências

ALLEN, Luke. "The Trump Budget: What Does It Mean for Global Health?" **British Journal of General Practice** 67, no. 661 (2017): 358–358. DOI: <https://doi.org/10.3399/bjgp17X691925>.

ASANTE, Molefi Kete. **Afrocentricity: The Theory of Social Change**. 2nd ed. Sauk Village, IL: African American Images, 2003.

AYERBE, Luis Fernando. **Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia** /. Trad. Luis Fernando Ayerbe. São Paulo: Editora UNESP 2002.

BACHELET, Michelle. Pronunciamento acerca das violações de direitos humanos no contexto da Pandemia de Covid-19. **UOL**. 30/06/2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/06/30/negacionismo-do-governo-brasileiro-ameaca-ampliar-pandemia-diz-bachelet.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 24 set. 2020.

BASHIR, Martin. "George Floyd death: Trump's church visit shocks religious leaders." **BBC**. 2 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-us-canada-52890650>

BBC Brasil. Relembre Frases de Bolsonaro sobre a Covid-19. **BBC-Brasil**, 7 de julho de 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53327880>. Acesso em: 24 set. 2020.

BBC. "Trump says this is a 'great day' for George Floyd." **BBC**, 5 June 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/av/world-us-canada-52941980>

BEER, Tommy. All The Times Trump Compared Covid-19 To The Flu, Even After He Knew Covid-19 Was Far More Deadly. **Forbes**, Published Sep 10, 2020, 10:14am EDT, access on 07 Dec. 2020, disponível em: <https://www.forbes.com/sites/tommybeer/2020/09/10/all-the-times-trump-compared-Covid-19-to-the-flu-even-after-he-knew-Covid-19-was-far-more-deadly/?sh=56e7e7bef9d2>

BERMAN, Mark. Breonna Taylor's Case Shines Spotlight on Grand Juries, Which Usually Operate Out of Public Eye. **The Washington Post**. 2020.

BETIM, Felipe. Assassinatos de crianças no Rio de Janeiro escancaram lentidão da Justiça nos casos de violência policial. **El País**, 09 de dezembro de 2020.

BHANDARI, S; DAWSON, AZ, WALKER, RJ, EGEDE, LE. Elderly African Americans: The vulnerable of the vulnerable in the COVID-19 era. **Aging Med.** 2020; 3: 234– 236. DOI: <https://doi.org/10.1002/agm2.12131>

BROWN, Stacy M. Officers In Breonna Taylor Case Escape Indictment. **The Sun Reporter**, 2020, pp. 1–1.

CHADE, Jamil. Negacionismo do governo brasileiro ameaça ampliar Pandemia, diz Bachelet. **UOL**, 30/06/2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/06/30/negacionismo-do-governo-brasileiro-ameaca-ampliar-Pandemia-diz-bachelet.htm?cmpid=copiaecola> . Acesso em: 24 set. 2020.

CIDH, Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **Comunicado de Imprensa** n. 195/2020: Preocupação com a situação das pessoas privadas de liberdade no Brasil diante da Pandemia de Covid-19. Portugal: 8 de agosto de de 2020. Disponível em: <http://www.oas.org/pt/cidh/prensa/notas/2020/195.asp>. Acesso em 24 de janeiro de 2021.

CINEAS, Fabiola. Senators are demanding a solution to police stopping black men for wearing – and not wearing – masks. **VOX**, Apr 22, 2020. Disponível em: <https://www.vox.com/2020/4/22/21230999/black-men-wearing-masks-police-bias-harris-booker-senate> . Acesso em 24 de janeiro de 2020.

COHEN, Marshall, SUBRAMANIAM, Tara; HICKEY, Christopher. The lost month, **CNN**, Published April 18, 2020. Disponível em: <https://edition.cnn.com/interactive/2020/04/politics/trump-Covid-response-annotation/>. Acesso em 24 de janeiro de 2020.

COLLINS, Sean. Trump administration blames Covid-19 black mortality rates on poor health. It should blame its policies. **VOX**. Apr 8, 2020. Disponível em: <https://www.vox.com/policy-and-politics/2020/4/8/21213383/coronavirus-black-americans-trump-administration-high-Covid-19-death-rate>. Acesso em 24 de janeiro de 2020.

COLLISON, Stephen. Trump seeks a 'miracle' as virus fears mount. **CNN**, February 28, 2020. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2020/02/28/politics/donald-trump-coronavirus-miracle-stock-markets/index.html>. Acesso em 24 de janeiro de 2020.

DHILLON, Paraminder, BREUER, Manuel; HIRST, Natasha. COVID-19 Breakthroughs: Separating Fact from Fiction. **The FEBS Journal**, 287, no. 17 (2020): 3612–32. <https://doi.org/10.1111/febs.15442>

DIAMOND, Jeremy; DUSTER, Chandelis, Navarro warned White House in late-January memo that coronavirus could become 'full-blown pandemic'. **CNN**, Published April 7, 2020, access on 07 Dec. 2020, disponível em: <https://edition.cnn.com/2020/04/07/politics/peter->

[navarro-warned-white-house-coronavirus-nyt/index.html](https://www.nytimes.com/2020/01/24/us/politics/white-house-coronavirus.html). Acesso em 24 de janeiro de 2020.

EGEDE, Leonard E, WALKER, Rebekah J. Structural Racism, Social Risk Factors, and Covid-19 — A Dangerous Convergence for Black Americans. **The New England Journal of Medicine** 383, no. 12 (2020): e77–e77. DOI: <https://doi.org/10.1056/NEJMp2023616> .

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Civilização Brasileira. 1968.

FARIA, Flávia; YUKARI, Diana. Taxa de cura da Covid-19 é 50% maior em hospitais privados. **Folha de S. Paulo**, 23 de julho de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/07/taxa-de-cura-da-Covid-19-e-50-maior-em-hospitais-privados.shtml> . Acesso em: 24 set. 2020.

FERREIRA, Poliana Silva. **A responsabilização da polícia que mata: um estudo de caso sobre o tratamento jurídico das abordagens policiais com resultado morte**. Dissertação [Mestrado], Escola de Direito, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2019.

FEUER, Will. Trump blames rise in coronavirus cases on increased testing, despite evidence of more spread. **CNBC**, Published Jun 23 2020. disponível em: <https://www.cnbc.com/2020/06/23/trump-blames-rise-in-coronavirus-cases-on-testing-despite-signs-of-spread.html>. Acesso em 24 de janeiro de 2020.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. Democracia Genocida. In: MACHADO-PINHEIRO, FLISFEDER, Matthew. "Trump"—What Does the Name Signify? or, Protofascism and the Alt-Right. **Cultural Politics (Biggleswade, England)** 14, no. 1 (2018): 1–19. DOI: <https://doi.org/10.1215/17432197-4312844> .

FOGO CRUZADO. **Relatório Anual 2020**. Disponível em: <https://fogocruzado.org.br>. Acesso em 24 de janeiro de 2020.

FOLHA, Folha Painei. Maranhão comprou da China, mandou para Etiópia e driblou governo federal para ter respiradores. **Folha de S. Paulo**, 16 de abril de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painei/2020/04/maranhao-comprou-da-china-mandou-para-etiofia-e-driblou-governo-federal-para-ter-respiradores.shtml> . Acesso em: 24 set. 2020.

FREITAS, Felipe da Silva *et al.* **Serviços Públicos e Direitos Humanos no contexto da Pandemia no Brasil**. Brasília: Observatório Direitos Humanos e crise Covid-19, 2020.

FREITAS, Felipe da Silva. Moro, o funcionário de Bolsonaro, e as perguntas sem resposta sobre o combate à corrupção. **Justificando**, 01 de abril de 2019. Disponível em: <https://www.justificando.com/2019/04/01/moro-o-funcionario-de-bolsonaro-e-as-perguntas-sem-resposta-sobre-o-combate-a-corrupcao/>.

FRITZE, John, JOHNSON, Kevin, JACKSON, David. Trump defends Kyle Rittenhouse on eve of visit to Kenosha. **USA TODAY**, 31 de agosto de 2020. Disponível em:

<https://www.usatoday.com/story/news/politics/2020/08/31/trump-defends-kenosha-shooter-kyle-rittenhouse-arguing-self-defense/3451006001/>. Acesso em 24 de janeiro de 2020.

FURLLOW, Bryant. Trump Administration Budget Proposals 'bad for Health, Science, Environment, and America'. **The Lancet Respiratory Medicine**, 5, no. 5 (2017): 379–80. [https://doi.org/10.1016/S2213-2600\(17\)30118-2](https://doi.org/10.1016/S2213-2600(17)30118-2).

G1 CE. Comandante da Força Nacional elogia policiais militares amotinados no Ceará: 'Vocês são gigantes e corajosos'. **G1-CE**, 02 de março de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/03/02/comandante-da-forca-nacional-elogia-policiais-militares-amotinados-no-ceara-voce-sao-gigantes-e-corajosos.ghtml>. Acesso em 24 de janeiro de 2020.

G1, PORTAL DE NOTÍCIAS G1. Mortes entre pretos e pardos por doenças respiratórias crescem mais do que entre brancos durante a Pandemia. G1, Portal de Notícias, 13 de julho de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/07/13/mortes-de-pretos-e-pardos-tiveram-alta-de-31percent-na-pandemia-segundo-cartorios.ghtml>. Acesso em 23 de janeiro de 2020.

GANTT SHAFER, Jessica. Donald Trump's "Political Incorrectness": Neoliberalism as Frontstage Racism on Social Media. **Social Media + Society** 3, no. 3 (2017): 205630511773322. DOI: <https://doi.org/10.1177/2056305117733226>.

GARCIA, Gustavo. "Acabou matéria no Jornal Nacional", diz Bolsonaro sobre atrasos na divulgação de mortos por coronavírus. **G1**, 05 de junho de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/05/dados-do-coronavirus-bolsonaro-defende-excluir-de-balanco-numero-de-mortos-de-dias-anteriores.ghtml>. Acesso em: 23 de janeiro de 2021.

GAY, Tyler, Hammer, Sam, and Ruel, Erin. Examining the Relationship Between Institutionalized Racism and COVID-19. **City; Community**, 19, no. 3 (2020): 523–30. <https://doi.org/10.1111/cico.12520>.

GAYNOR, Tia Sherèe, WILSON, Meghan E. Social Vulnerability and Equity: The Disproportionate Impact of COVID-19. **Public Administration Review**, 80, no. 5 (2020): 832–38. DOI: <https://doi.org/10.1111/puar.13264>.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. *et al.* Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. **Ciências Sociais Hoje**, Brasília, ANPOCS n. 2, p. 223-244, 1983.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 92, n. 93, p. 69-82, (jan./jun.), 1988.

GUIMARAES, Antonio Sérgio Alfredo. A questão racial na política brasileira (os últimos quinze anos). **Tempo soc.**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 121-142, Nov. 2001.

GUPTA, Sujata. 2020. Why African-Americans May Be Especially Vulnerable To COVID-19. **Science News**. Retrieved July 23, 2020. <https://www.sciencenews.org/article/coronavirus-why-african-americans-vulnerable-Covid-19-health-race>

GVA, Gun Violence Archive (website), 2020. Accessed in Jan 1, 2021. disponível em: <https://www.gunviolencearchive.org/>

HABERMAN, Maggie, "Trade Adviser Warned White House in January of Risks of a Pandemic," **New York Times**, Published April 6, 2020, disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/04/06/us/politics/navarro-warning-trump-coronavirus.html>. Acesso em 24 de janeiro de 2020.

HELLWIG, David J. **African-American Reflections on Brazil's Racial Paradise**. Philadelphia: Temple University Press, 1992.

JAMES, Joy; AMPARO ALVES, Jaime. Terror e securitização doméstica: geografia imperial da violência policial anti negra. In: FLAUZINA, Ana Luiza P.; VARGAS, João H. Costa (org.). **Motim: horizontes do genocídio antinegro na Diáspora**. Brasília: Brado Negro, 2017.

JOHNS HOPKINS UNIVERSITY, Center for Systems Science and Engineering. 2021. disponível em: <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>. Acesso em 24 de janeiro de 2020.

KETTL, Donald F. States Divided: The Implications of American Federalism for COVID-19. **Public Administration Review**, 80, no. 4 (2020): 595–602. <https://doi.org/10.1111/puar.13243>.

KOLATA, Gina; RABIN, Roni. "'Don't Be Afraid of Covid,' Trump Says, Undermining Public Health Messages". **The New York Times**. Published Oct. 5, 2020. disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/10/05/health/trump-Covid-public-health.html>. Acesso em 24 de janeiro de 2020.

KUSZ, Kyle W. 'Winning Bigly': Sporting Fantasies of White Male Omnipotence in the Rise of Trump and Alt Right White Supremacy. **Journal of Hate Studies**, 14, no. 1 (2019): 113–35. <https://doi.org/10.33972/jhs.127>.

LIMA, Márcia; MILANEZI, Jaciane *et al.* **Desigualdades Raciais e Covid-19: o que a Pandemia encontra no Brasil?**. Informativo Desigualdades Raciais e Covid-19, AFROCEBRAP, n. 1, 2020.

LUPION, Bruno. Como Bolsonaro vem atuando para facilitar o acesso a armas. **DW**, 27 de agosto de 2020. Disponível em: <https://p.dw.com/p/3hZvd>. Acesso em 24 de janeiro de 2020.

MACHADO PINHEIRO, Rosana; FREIXO, Adriano de (orgs.). **Brasil em transe: bolsonarismo, nova direita e desdemocratização**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.

MAXEINER, James R. America's Covid-19 Preexisting Vulnerability: a Government of Men, Not Laws. **Theory and Practice of Legislation** (Oxford, England) 8, no. 1-2 (2020): 213–35. DOI: <https://doi.org/10.1080/20508840.2020.1809173>.

MISSE, Michel; GRILLO, Carolina Christoph ; Neri, N. E. Letalidade policial e indiferença legal: a apuração judiciária dos 'autos de resistência' no Rio de Janeiro (2001-2011). **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 1, p. 43-72, 2015.

MUNIZ, Jacqueline. Fé cega, facas amoladas: regime do medo e práticas de exceção. **Trincheira Democrática: Boletim do Instituto Baiano de Direito Processual Penal**. Ano 2, n. 6, Dezembro 2019, p. 7 – 8.

NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombismo**. Petrópolis: Vozes, 1980.

NBC-WASHINGTON. Trump Responds to Grand Jury Decision in Breonna Taylor Case. **NBC-Washington**, September 23, 2020. Disponível em: <https://www.nbcwashington.com/news/national-international/trump-responds-to-grand-jury-decision-in-breonna-taylor-case/2426344/>. Acesso em 24 de janeiro de 2020.

O DIA. Fogo Cruzado divulga relatório: 62 crianças e adolescentes foram baleados no Rio em 2020. **O Dia**, 08 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2021/01/6060773-fogo-cruzado-divulga-relatorio-62-criancas-e-adolescentes-foram-baleados-no-rio-em-2020.html>. Acesso em: 24 de janeiro de 2021.

ORECCHIO-EGRESITZ, Haven; DZHANOVAKYLE, Yelena. Rittenhouse, the teenager charged with shooting 3 protesters in Kenosha, has posted \$2 million bail and is no longer in custody. **Insider**, Nov 21, 2020. Disponível em: <https://www.insider.com/kenosha-shooter-kyle-rittenhouse-bailed-out-of-jail-2020-11>. Acesso em 24 de janeiro de 2020.

PALUZE, Thaiza. Bolsonaroistas criam “corrente do bem” e se medicam com cloroquina, azitromocina e antipulgas. **Folha**, 20 de maio de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/05/bolsonaristas-criam-corrente-do-bem-e-se-medicam-com-cloroquina-azitromicina-e-antipulgas.shtml>. Acesso em: 23 de janeiro de 2021.

PATENAUDE, Willis. Modern American Populism: Analyzing the Economics Behind the “Silent Majority,” the Tea Party, and Trumpism. **The American Journal of Economics and Sociology**, 78, no. 3 (2019): 787–834. DOI: <https://doi.org/10.1111/ajes.12281> .

PÉREZ-PEÑA, Richard; MCNEIL JR, Donald G. W.H.O., Now Trump's Scapegoat, Warned About Coronavirus Early and Often. **The New York Times**, Published April 16, 2020. disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/04/16/health/WHO-Trump-coronavirus.html> . Acesso em 24 de janeiro de 2020.

RAMOS, Silvia *et. al.* **Racismo**: motor da violência. Relatório de pesquisa. Rio de Janeiro: Rede de Observatórios da Segurança/CESeC, 2020.

RODRIGUES, Mateus. Após reduzir boletim diário, governo Bolsonaro retira dados acumulados da Covid-19 do site. **G1**, 06 de junho de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/06/apos-reduzir-boletim-governo-bolsonaro-retira-dados-acumulados-da-Covid-19-de-site-oficial.ghtml> Acesso em 23 de janeiro de 2020.

SANTOS, Márcia P. A. dos *et al.*, População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde, **Estudos Avançados** 34 (99), 2020.

SANTOS, Márcia Pereira Alves dos *et al.* População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde. **Estudos Avançados**, 34 (99), 2020.

SARAMO, Samira. The Meta-Violence of Trumpism. **European Journal of American Studies** 12, no. 2 (2017): 28. <https://doi.org/10.4000/ejas.12129>.

SAY THEIR NAMES (website), #SayTheirNames. disponível em: <https://sayevery.name/> , acesso em 03/06/2021.

SPRING, Mariana. Trump Covid post deleted by Facebook and hidden by Twitter. **BBC**. Published October 6, 2020: disponível em: <https://www.bbc.com/news/technology-54440662>

STEPANSKY, Joseph. Experts say Trump is wrong to compare coronavirus with flu. **Aljazeera**, Published at 9 Mar 2020

STOLBERG, Sheryl Gay. 'Pandemic Within a Pandemic': Coronavirus and Police Brutality Roil Black Communities. **The New York Times**, Published June 7, 2020. disponível em:

TAYLOR, Derrick Bryson. George Floyd Protests: A Timeline. **The New York Times**, Jan. 6, 2021. Disponível em: <https://www.nytimes.com/article/george-floyd-protests-timeline.html>. Acesso em 24 de janeiro de 2020.

TCU, Tribunal de Contas da União. TCU apresenta ao Congresso Nacional ações de controle em período de Pandemia. **Tribunal de Contas da União**, 19 de junho de 2020. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/tcu-apresenta-ao-congresso-nacional-aco-es-de-controle-em-periodo-de-Pandemia.htm>. Acesso em: 24 set. 2020.

TOLAN, Casey. A Black man shot in the back, a teenage shooting suspect, a city in flames: The week that shook Kenosha and the country. **CNN**, September 4, 2020. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2020/09/04/us/kenosha-protests-jacob-blake-rusten-sheskey-invs/index.html>

UNHR, United Nation Human Rights. **Report of UN Special Rapporteur on adequate housing**. 9 de julho de 2019. Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=26059&LangID=E> . Acesso em: 24 set. 2020.

UNODC. **Effect of the Covid-19 pandemic and related restrictions on homicide and property crime**. 2020. disponível em: http://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/Covid/Property_Crime_Brief_2020.pdf

VARGAS, João H. Leal. **The denial of antiBlackness**: multiracial redemption and Black suffering. Minneapolis, University of Minneapolis Press, 2018.

VECINA, Gustavo. O balanço da Pandemia. **O Estado de S. Paulo**, 31 de julho de 2020. Disponível em: <https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,balanco-da-Pandemia,70003380814> . Acesso em: 24 set. 2020.

VISCARDI, Janaisa Martins. FAKE NEWS, VERDADE E MENTIRA SOB A ÓTICA DE JAIR BOLSONARO NO TWITTER. **Trab. linguist. apl.**, Campinas , v. 59, n. 2, p. 1134-1157, ago. 2020 . Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-18132020000201134&lng=pt&nrm=iso . acessos em 03 dez. 2020. .

WOESLER, Martin. Responsibility and Ethics in times of Corona In: WOESLER, Martin; SASS, Hans-Martin, **Medicine and Ethics in Times of Corona**, LIT Verlag Münster, 2020.

YUM, Seungil. Social Network Analysis for Coronavirus (COVID-19) in the United States. **Social Science Quarterly**, 101, no. 4 (2020): 1642–47. DOI: <https://doi.org/10.1111/ssqu.12808>.

ZACCONE, Orlando. **Indignos de vida**: a forma jurídica política de extermínio de inimigos na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

Submetido em: 24/01/2021

Aprovado em: 16/04/2021



Esta obra está licenciada com uma Licença
[Creative Commons Atribuição – Não Comercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)